

# CONTINUIDADES DO ANTICASTILHISMO ATRAVÉS DA IMPrensa: UM ESTUDO DE CASO

THAÍZE FERREIRA DA LUZ\*

## RESUMO

O encerramento da Revolução Federalista, em agosto de 1895, não representou o fim dos conflitos que continuaram latentes ao longo da vida da República Velha gaúcha. O exclusivismo partidário do modelo castilhista-borgista não permitia nenhuma participação política de parte das oposições, o que levaria à deflagração de uma guerra civil e a um clima de paixões e ódios partidários. Este artigo pretende empreender um estudo introdutório sobre a estruturação do conflito discursivo sustentado pelo jornal *Tribuna do Povo* da cidade do Rio Grande para com o modelo castilhista-borgista, no período pós-revolucionário, fase de rearticulações entre as forças oposicionistas, desgastadas na sustentação da guerra civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** imprensa rio-grandina; oposição; castilhismo-borgismo.

A formação histórica do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da forma de governo republicana foi marcada por uma série de disputas políticas, partidárias e ideológicas. Em linhas gerais, de um lado estava o grupo que desde os primeiros tempos da República estava no poder, representado pelos republicanos históricos, seguidores de Júlio de Castilhos e posteriormente de seu sucessor político, Borges de Medeiros; de outro, estavam aqueles segmentos que sofreram com as práticas exclusivistas do castilhismo-borgismo e, aliados do poder, ficaram restritos à prática oposicionista.

Com graus de aglutinação variáveis, através da criação de

---

\* Professora; especialista em História – FURG

diferentes frentes partidárias como a União Nacional, o Partido Republicano Federal e o Partido Federalista, as oposições gaúchas padeceram de um limite essencial, a heterogeneidade ideológica que marcava essas forças, que continham desde antigos liberais e conservadores, até as diversas gerações de dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), apresentando objetivos diferentes e não concatenados entre si.

O projeto castilhista de perpetuação no poder levaria a um confronto com as oposições, que apelaram para as urnas, para o discurso e, finalmente, para as armas, com a deflagração da Guerra Civil de 1893-1895, e a vitória do castilhismo, ao contrário de aplacar os ódios e paixões partidárias, elevou ainda mais o espírito de enfrentamento entre os grupos que moveram o conflito, num processo que marcaria toda a vida gaúcha ao longo da República Velha.

Durante essa época, a imprensa exerceria um papel essencial. Atuando como uma espécie de braço impresso das disputas políticas e da guerra, o jornalismo colocaria mais uma arma à disposição dos belicistas – a palavra. A imprensa então “combinou a violência das ações com violências de linguagem, cuja importância pode ser avaliada pela própria consideração que lhes deram os agentes do processo histórico, e acompanharam os deslocamentos de tropas e piquetes, atuando como agente da Revolução de 93” (RÜDIGER, 1990, p. 26-27).

Nos quadros do desenvolvimento da imprensa gaúcha, a cidade do Rio Grande teria papel notável, pois “em âmbito regional, só seria superada pela imprensa realizada em Porto Alegre, seguida pela cidade de Pelotas, garantindo desta forma, significativa distância com relação às outras localidades gaúchas (ALVES, 2002, p. 128).

Dentre os jornais rio-grandinos dessa época, no campo da oposição aos governistas rio-grandenses, circulou a *Tribuna do Povo* (1897 a 1904), “um jornal de postura política bem definida, também refletindo a permanência dos confrontos mesmo após a pacificação, fazendo muitas críticas ao governador Júlio de Castilhos” (ALVES, 1999). Voz dos dissidentes republicanos, a *Tribuna do Povo* também exerceria importante papel na sustentação do confronto para com os governantes do PRR.

Esta pesquisa pretende empreender um estudo introdutório sobre a estruturação do conflito discursivo<sup>1</sup> sustentado pelo jornal *Tribuna do Povo* para com o modelo castilhistaborgista, no período pós-revolucionário, fase de rearticulações entre as forças oposicionistas, desgastadas na sustentação da guerra civil. O marco referencial de espaço é a cidade do Rio Grande, uma das mais importantes comunidades gaúchas de então e onde se manifestou um forte jornalismo, inclusive de resistência aos castilhistasborgistas. O recorte cronológico compreende a virada do século XIX ao XX, momento que demarca uma nova rearticulação das forças oposicionistas. O contexto jornalístico é marcado pela extenuação do jornalismo combativo na comunidade rio-grandina. Desse modo, busca-se analisar as continuidades dos confrontos discursivos estabelecidos pelos jornais para com os governistas, estudando uma das principais frentes de oposição da época, representada pelos dissidentes republicanos, com a *Tribuna do Povo*.

A *Tribuna do Povo*, como sua própria denominação lembrava, almejava ser a voz ativa da população em geral. No caso, argumentava ser a legítima representante da imprensa no sentido de proteger o povo por meio do combate àquilo que considerava como um governo tirânico que oprimia os gaúchos. Elegendo os seguidores do castilhismoborgismo como seus adversários, a *Tribuna* dedicou suas páginas a um constante ataque às práticas de governo desse grupo, criticando-o e combatendo-o nos mais variados campos de atuação.

Como era tradição à época, a folha, sendo manifestação ativa dos dissidentes republicanos, reivindicava um outro modelo de formatação do regime estabelecido a 15 de novembro, buscando a sonhada “verdadeira república”. Seguia o jornal a idéia de diversos dos “matizes político-ideológicos que marcaram a vida partidária nacional da virada do século”, os quais buscaram se fazer ouvir por meio da imprensa, “almejando ou ao menos idealizando uma ‘verdadeira república’ e concitando os leitores a pensarem ‘que tipo de república’ seria aquela que

---

<sup>1</sup> A abordagem de questões discursivas levam em conta as análises expressas em: DEBERT (1979, p. 27-47); CARDOSO; VAINFAS (1997, p. 375-399); FOUCAULT (1996); ORLANDI (1981; 1983); ROBIN (1994).

atenderia plenamente aos interesses do conjunto dos brasileiros” (ALVES, 1999, p. 241). Decididamente, para os responsáveis da *Tribuna do Povo*, o castilhismo era a antítese completa dessa concepção.

Argumentava a folha distinguindo “entre os poucos republicanos sinceros, de boa fé, que, incautamente, por uma solidariedade e coerência mal entendidos, continuam ainda lamentavelmente ao lado do dr. Castilhos, depois que este quebrou a pena de propagandista democrata para agarrar-se ao bastão de ferro do autocratismo comteano”, ou ainda, “depois que ele apostou nas idéias democráticas dos farrapos, das tradições liberais rio-grandenses, para converter-se em bonzo de um seitismo retrógrado, que ensina a ditadura como a última forma de governo racional e a submissão muçulmana como aspiração suprema dos povos”. Segundo o jornal, o modelo imposto pelos governantes formava “a rabadilha da ditadura e que para qualificá-la foi necessário criar a palavra - *castilhice*”, que era “o agregado amorfo dos *politicien* falidos do império, provindo uns dos despeitados do liberalismo, outros da dispersão dos conservadores, em *melange* com esse elemento flutuante adesista de todos os governos e que não pertence a nenhum partido, servindo a todos pelo interesse mesquinho”, concluindo o periódico que “a *castilhice*, como produto do artifício e da traição, tem de desaparecer” (A *Castilhice* e os iludidos. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 7 jul. 1897. p. 1).

O jornal ligado aos dissidentes dizia que se batia “por princípios verdadeiramente republicanos” e “não podia alhear-se ao combate oferecido a quem tanto os mesquinha no exercício da opressão”, sentindo-se “no dever de compendiar os julgamentos imparciais proferidos sobre a ditadura na sua hora extrema

(A Ditadura. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 31 jan. 1898, p. 1). A *Tribuna do Povo* criticava a continuidade do modelo castilhista no poder através de Borges de Medeiros, atacando ironicamente a situação, ao considerar que essa herança política não passava de “tutela” e submissão:

O procedimento que o ex-ditador está observando com o novo presidente, Dr. Borges de Medeiros, é de uma incorreção, de uma

brutalidade sem limites! Por todos os meios e modos, o Sr. Castilhos tem procurado humilhar o seu sucessor legal, pois a isso equivale a extensão de tutela sobre o Sr. Medeiros, posta em prática, diariamente, por aquele senhor. [...] Agora, o Sr. Castilhos não tem mais escrúpulos, recebe as festas, as homenagens oficiais, em primeiro lugar, como se ainda fosse governo. Para toda parte, em que é chamado, pelos altos deveres de seu cargo, o Dr. Medeiros, vai também a sua *sombra*, o ex-ditador, com a postura de tutor da nova situação (O Tutor. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 2 mar. 1898, p. 1).

Ditadura, tirania e despotismo eram os termos utilizados pela *Tribuna do Povo* para designar o governo castilhista, acusando-o de constituir um antagonismo em relação ao espírito libertário dos gaúchos. A folha atacava os “apologistas do governo abominável que tiraniza o Rio Grande, manchando com o contato das suas garras ensangüentadas a pureza do ideal republicano”, os quais “proclamam e berram que vivemos no melhor dos mundos, de posse de todas as liberdades, por isso ninguém nos impede nas manifestações da palavra escrita”, desejando o jornal que, haveria de “ter fim um dia esse governo hereditário - fórmula contrária a todos os princípios da moral republicana” (A tirania. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 2 mar. 1900, p. 1).

Acusando o caráter tirânico do governo castilhista-borgista, o jornal rio-grandino dizia que “a atualidade do Rio Grande, nos sombrios dias que vão correndo, caracteriza-se por atos de um reacionarismo insaciável, desde a capital histórica do castilhismo até o mais remoto pedaço da terra gaúcha”, num quadro que “tudo induz a crer que os seus elementos de combatividade política, em vista de plano firmemente assentado, de novo retomam, pela repulsa da opinião ilustrada do Estado, o escabroso caminho das perseguições em massa”. No rol dos atos despóticos do governo, o periódico acusava que “a imprensa, ainda que amordaçada, aí está de contínuo sumariando atentados contra a vida e propriedade de respeitáveis cidadãos, alguns já emigrados, em situação apremeante pelo abandono, outros em preparativos de viagem a climas mais saudáveis...” Em linguagem figurada e irônica, a *Tribuna* denunciava a tirania, destacando que “por toda a feitoria do grande Senhor, entre os

seus idólatras, opera-se no presente momento vertiginoso trabalho e seleção, no sentido de dar-se a direção, no sentido das coisas públicas aos mais hábeis e audaciosos nas práticas do desrespeito às leis" (O ditador reage. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 10 ago. 1900, p. 1).

Como voz de um dos setores representativos do anticastilhismo, a *Tribuna do Povo* chamava a atenção para o importante papel da oposição no Rio Grande do Sul. Para o jornal, "a oposição é um bem, é um farol de grande alcance colocado em uma coisa inóspita e perigosa, em noite tenebrosa e má, para advertir aos navegantes dos sérios perigos a que se expõem, indicando-lhes os caminhos por onde possam prosseguir". Ao atribuir importância à função das forças oposicionistas, a folha destacava que as idéias em torno da existência de um partido único só trariam prejuízos à nação, pois, "se todos os homens de um país, se o povo em geral, reunir-se em um núcleo de idéias, núcleo compacto e resistente para o apoio ao governo de um homem qualquer, esse país, jamais usufruirá dos benefícios conferidos à humanidade pelo progresso e pela justiça" (A oposição. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 21 jan. 1900, p. 1).

O exclusivismo partidário praticado pelos castilhistas, buscando evitar que qualquer político que não seguisse à risca as determinações de Júlio de Castilhos chegasse ao poder, era também criticado pela *Tribuna do Povo*. Para o jornal, as constantes crises políticas que afetavam o Rio Grande do Sul seriam atenuadas se os governantes mudassem de atitude, abrindo espaço para que a oposição pudesse efetivamente fazer o seu papel, disputando o poder com os castilhistas:

Seria o Dr. Júlio um político atilado se não tentasse a liberdade dos seus compatriotas, se não negasse à oposição os direitos e as garantias que a Constituição lhe outorga, se não quisesse ver no pleno florescimento os seus desejos antes de preparar o terreno em que os devia plantar, se não emoldurasse as suas opiniões dentro de um exclusivismo inseqüente e inaceitável. Nada disso fez s.ex. e os resultados da sua teimosia estão aí com todos os seus colorados de decepções e tristezas. [...] No entanto, se o Dr. Castilhos instituisse aqui uma política mais liberal e mais tolerante, mais comunicativa e mais generosa, se não afugentasse para as terras sóbrias do exílio um assombroso número de rio-grandenses

prestimosos, outro seria o fulgor do seu nome e outro seria o grau da prosperidade do Rio Grande! (Exclusivismo. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 11 jun. 1901, p. 1).

Outro ponto básico de combate das forças anticastilhistas gaúchas, a Constituição Rio-Grandense de 1891, um dos mecanismos principais na manutenção dos governistas no poder, também foi constantemente atacado pela *Tribuna do Povo*. Destacava o jornal um dos partidos oposicionistas ao castilhismo, de predomínio das dissidências republicanas, lembrando o “manifesto que consubstanciava os sentimentos dos republicanos afastados do aulicismo criado pelo Sr. Júlio Castilho”, emanado do Partido Republicano Federal, que “assegurava em dois pontos capitais as suas idéias: 1º, rever e reformar a Constituição da República, expurgando-a de todas as disposições contrárias ao sistema republicano federal” e “2º, dar ao estado do Rio Grande do Sul uma organização constitucional autonômica, de pleno acordo com os princípios fundamentais daquele sistema político”. Para a folha, “o revisionismo é uma idéia capital, pela qual batem-se os republicanos desde 91”, ou seja, “essa bandeira é a que tremula nos acampamentos onde têm as suas tendas de ação os republicanos”, pela qual o jornal propunha se bater “com ardorosa coragem, porque ela tornou-se um programa de salvação” (O revisionismo. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 8 fev. 1900, p. 1).

A falta de oportunidade da oposição gaúcha de chegar ao poder, principalmente por causa das fraudes eleitorais, foi outro ponto destacado pela *Tribuna do Povo*: “plenamente convencidos de que a maioria dos cidadãos aptos para o exercício do voto não vai buscar aos arraiais do castilhismo alento às suas idéias políticas, as comissões seccionais saltaram por cima da lei, esqueceram os princípios de justiça e, *puxando a brasa para a sua sardinha*, operam todas as dificuldades imagináveis ao alistamento de adversários”. Diante da acusação, o periódico explicava que “o resultado previsto não tem falha; é seguro e tal como o deseja a ditadura científica”, pois, “excluídos do direito de votar os adversários, em grande número, com algum trabalho mais de pena nas apurações eleitorais, é segura a vitória do governo”, de modo que “assim se vão espezinando

os mais sagrados direitos de um povo" (Assunto eleitoral. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 20 jun. 1897, p. 1).

Ainda criticando as manipulações e violências que marcavam as eleições gaúchas, o jornal dos dissidentes republicanos gritava contra "as violências, as perseguições, as ameaças de morte postas em prática pela tirania castilhista", as quais não deixavam "que a opinião rio-grandense se manifestasse nas urnas", ocorrendo "em todo o Estado, sob o nome pomposo de eleição", apenas a "costumada farsa – recurso vergonhoso que lançou mão o castilhismo para ocultar a sua fraqueza". Argumentava que "a fraude foi exercida às claras como manda a doutrina castilhista e os protestos dos nossos amigos não foram aceitos pelos mesários", constituindo isso, "a farsa apregoada como vitória pela cívica" (A farsa. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 3 jan. 1900, p. 2).

Além dos mecanismos políticos e burocrático-administrativos, os castilhistas montaram um bem-equipado aparelho militar de repressão no sentido de garantir a sua manutenção no poder. Quanto a esse tema, a *Tribuna* destacava que "nenhum Estado possui como o Rio Grande uma milícia própria tão numerosa", pois o "ditador, dando ensanchas a sua índole despótica e ao seu ceticismo político, que só crê no poder da força material, foi convertendo a polícia estadual em um verdadeiro exército pelo número, pelo material bélico, pelos exercícios de guerra". Diante disso, o jornal questionava qual o objetivo do governante, perguntando: "para que a existência desse exército formado com o sacrifício do dinheiro público e da liberdade de milhares de patrícios arrancados do lar pelo mais desbragado recrutamento?", e respondia: "Para garantia das instituições, para a defesa da república, dirá o hipócrita ditador e os seus sequazes" (A guarda do Tirano. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 31 jul. 1897, p. 1).

No ataque ao mecanismo repressivo-militar castilhista, a *Tribuna do Povo* apontava também para os prejuízos trazidos ao Estado a partir dos recrutamento: "criado que foi mais um corpo provisório adido a brigada militar, o exército mantido para guardar as costas do castilhismo na prática das suas tropelias diárias, logo vimos que ia recommençar o crime do recrutamento de indefesos patrícios nossos", lançando-se "mão do recrutamento,



tantas vezes exercido com vantagem, porquanto as fileiras dos defensores da legalidade engrossam, enquanto a lavoura e a indústria lutam, à falta de braços" (Recrutamento. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 27 maio 1899, p. 1).

Para o jornal, os recrutamentos realizados pelo governo eram mais um fator de antipatia popular para com os castilhistas: "de toda a parte do interior do Estado ergue-se o mesmo clamor contra o recrutamento que o castilhismo está praticando, sob o pretexto de 'convidar' para o seu exército pessoas entregues ao trabalho que dignifica". O periódico dizia ainda que "à notícia de que se aproxima uma força da chamada brigada militar, a população da localidade sobressalta-se, vendo com sobrada razão nos pseudos mantenedores da ordem pública instrumentos de tropelias que se comente em nome do governo" (O recrutamento. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 24 jun. 1899, p. 1).

Segundo a folha dos dissidentes republicanos, o recrutamento forçado pelos castilhistas representava um gravíssimo atentado contra os direitos dos indivíduos: "para a condenação histórica esmagadura inmutável desta dominação turca que o Sr. Júlio de Castilhos instituiu em nossa terra", não havia "nenhuma prova mais necessária além da constatação dos criminosos atentados contra a liberdade individual do cidadão pelo recrutamento bárbaro que, em plena paz, manda ininterruptamente proceder para aumentar a sua milícia". Segundo o jornal, "essa violação flagrante das garantias constitucionais da República por si só importa um libelo irrefutável que acorrentará a uma página negra de nossa história o caudilho truculento que, depois de trair os ideais da propaganda", viria a cavar "o desprestígio das instituições pelo menosprezo da sua lei fundamental". Concluía a *Tribuna*: "o recrutamento, além de um crime contra a República está sendo para o progresso material do nosso Estado uma calamidade tão grande ou maior do que a revolução, pelo caráter de permanência que reveste" (Recrutamento. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 15 set. 1897, p. 1).

Para a *Tribuna do Povo*, a "tirania castilhista" cometia um grave erro ao atentar contra os direitos e liberdades individuais do cidadão. Afirmava que "o governo castilhista legalizou o seu propósito de aniquilar por completo a liberdade rio-grandense", promovendo "a negação absoluta do direito e da justiça".

Diante disso, o jornal colocava-se na posição de combate: “Mas desde já, a *Tribuna do Povo*, folha genuinamente voltada à República e à Liberdade, levanta em nome desses dois grandes ideais que a sustentam e estimulam, o protesto solene da sua condenação e prepara o triunfo para a iniqüidade” (A bastilha. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 17 nov. 1898, p. 1).

A folha buscava demonstrar que o castilhismo era o inimigo maior do Estado, mas também tinha o objetivo de mostrar ao seu público leitor que o perigo estava bem mais próximo, afirmando que os castilhistas estariam prejudicando deliberadamente a cidade do Rio Grande:

A ditadura castilhista declarou guerra de morte a esta cidade. Não exageremos: os nossos inimigos aí estão raiventos e inexoráveis, de bacamarte apontado para o coração do Rio Grande. E o que fizemos para que em torno do nosso amado torrão rujam ódios implacáveis e ferozes? Qual o nosso delito? É o que não sabemos, porque o ódio dos nossos adversários surge, diante de nós, negro como um crime, insondável como um mistério. [...] Não desanimemos, porém, e façamos do nosso próprio valor o broquel para enfrentar a miserável guerra que nos declarou a horda dos nossos inimigos. Nada de esmorecimentos: da energia irrompe a vida, da vida o combate, do combate a vitória (Guerra de morte. *Tribuna do Povo*. Rio Grande, 25 ago. 1899, p. 1).

Mantendo a tradição dos conflitos discursivos estabelecidos a partir da imprensa, a *Tribuna do Povo* demonstrou que as disputas partidárias persistiram, e até agravaram-se no Rio Grande do Sul pós-Revolução Federalista. Os ódios e paixões políticas ainda estavam bem vivos e as profundas seqüelas da guerra civil eram notórias e sentidas em todos os setores da vida gaúcha. Com a vitória, o castilhismo se assenhoreou do poder implacavelmente, restando aos oposicionistas gritar contra o sistema estabelecido. A *Tribuna* foi uma das vozes dessa oposição, divulgando o ângulo de visão dos dissidentes republicanos. Este artigo, dentro de seus limites, trata de um estudo introdutório ao tema, colhendo apenas algumas amostras do conflito discursivo, no qual a *Tribuna do Povo* foi uma das marcantes peças na luta entre castilhistas-borgistas e seus oposicionistas da vida política gaúcha durante a República

Velha.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 128.

\_\_\_\_\_. Que tipo de república? - a implantação da nova forma de governo sob o prisma da imprensa rio-grandina: da aceitação à decepção. In: ALVES, Francisco das Neves Alves (org). *Por uma história multidisciplinar do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 241.

\_\_\_\_\_. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

DEBERT, Guita Grin. Problemas envolvidos em uma análise de discurso. In: \_\_\_\_\_. *Ideologia e populismo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 27-47.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise do conteúdo*. Brasília: Plano, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

ORLANDI, Eni P. Funcionamento e discurso. In: ORLANDI, Eni P. et al. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1981.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 13-36.

ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 93. In: SEMINÁRIO FONTES PARA A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1893. *Anais...* Bagé: URCAMP, p. 26-27.